

Planalto deverá pedir créditos para compensar menor rolagem da dívida

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O presidente José Sarney assina hoje pela manhã a mensagem ao Senado vetando uma parte e sancionando o restante do Orçamento Geral da União aprovado pelo Congresso em dezembro, de forma que o ato possa ser publicado no Diário Oficial da União de quarta-feira, enquanto o Executivo prepara o projeto de lei solicitando créditos especiais para compensar a rolagem da dívida dos estados e municípios.

O anúncio foi feito ontem à noite pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que esteve reunido com o presidente da República, e o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, durante mais de três horas, no Palácio da Alvorada. Batista de Abreu disse que a conversa limitou-se ao orçamento, cujo detalhamento será feito nesta terça-feira à tarde pela própria Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan).

O titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), José de Barros Ribas Neto, que participou do início da reunião no Palácio da Alvorada, informou que a idéia é manter a sugestão de veto integral ao orçamento das operações oficiais de crédito, já mesmo com a correção feita na última sexta-feira, pela comissão mista de orçamento do Congresso, o retorno dessas operações ainda está superestimado.

Foi mantida também a decisão de vetar tudo que possa causar déficit nas contas da União neste ano, segundo o ministro do Planejamento.

Ribas Neto informou que a alteração feita pelo Congresso, que resultou numa diferença de CZ\$ 625 bilhões a menos na versão da semana passada, diz respeito basicamente a acertos de desvios decorrentes da aplicação do multiplicador de 7,168362878, que substituiu o sistema de indexação proposto pelo Executivo. Além disso, o Legislativo corrigiu erros de digitação da proposta orçamentária anterior, o que explicaria a redução de CZ\$ 1,14 trilhão no total das receitas do orçamento de crédito.

Por isso, o Executivo mantém a disposição de vetar, além do artigo 5º, que regula a rolagem da dívida dos estados e municípios, também a totalidade do orçamento de crédito, de onde o Legislativo queria tirar a maior parte dos CZ\$ 2,66 trilhões necessários para compensar a menor receita advinda dos governos estaduais e municipais. Como ficará sem destinação uma receita superior a CZ\$ 12 trilhões nas operações oficiais de crédito, o Executivo enviará depois projetos de lei propondo sua utilização em outras despesas.

No Congresso, a disposição é aceitar a fórmula do Executivo para a rolagem da dívida dos estados e municípios, mesmo com os vetos. O deputado Genebaldo Correa (PMDB-BA), membro da Comissão Mista de Orçamento, admitiu que a alternativa da Seplan pode até resolver os erros cometidos pelo serviço de digitação, desde que o Executivo assuma publicamente o compromisso de manter em CZ\$ 1,27 trilhão o total dos pagamentos dos estados e municípios, "sem tentar nenhuma manobra".